PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº. , DE 2005

(Do Dep Neucimar Fraga e outros)

“Susta o Decreto não numerado **DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002** que cria o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º. Fica susgado, com base no Art. 49, Inciso V da Constituição Federal, os efeitos do **Decreto não numerado de 19 de Dezembro de 2005, que cria o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências**

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo, pretende sustar os efeitos do Decreto não numerado de 19 de Dezembro de 2002 que cria o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo, uma área de 17.492 há localizada entre os municípios de Pancas e **Águia Branca**.

No documento que criou o **parque**, há previsão de retirada de todas as famílias da região, aproximadamente 800, vez que a área passou a ser considerada de preservação ambiental.

A **criação do Parque Nacional** dos Pontões Capixabas, no final de 2002 pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, tinha como intenção proteger trechos remanescentes de Floresta Atlântica, preservar os ecossistemas naturais e incentivar o turismo. **O problema, porém, é que não se levou em conta a presença e a cultura dos povos que ali residem há mais de um século, cultivando estas terras.** São famílias de agricultores que criaram raízes no local, onde está a sua história.

Durante esse período de mais de cem anos, as áreas do parque foram preservadas pelos moradores, **em sua grande maioria pequenos produtores rurais**, não sendo justo que, agora, este decreto destrua quase 100 anos de história" de uma comunidade que tem demonstrado a consciência da necessidade de se preservar os ecossistemas.

Deve-se observar também que esse decreto foi publicado nos últimos dias do Governo Federal daquela legislatura, sem que houvesse, debates ou audiências públicas com os moradores, com as autoridades, com os pequenos agricultores da região, ou com os órgãos competentes, sendo seu texto de forma unilateral sem buscar um consenso que evitasse prejuízo a população do Estado.

Estes são os motivos pelos quais propomos a revogação do **Decreto não numerado de 19 de Dezembro de 2002.**

Sala de sessões / / de 2005.

NEUCIMAR FRAGA

Deputado Federal -PL-ES

FEU ROSA

Deputado Federal - PP /ES –

IRINY LOPES

Deputado Federal - PT /ES

JAIR DE OLIVEIRA

Deputado Federal - PTB /ES

MANATO

Deputado Federal - PDT /ES

MARCELINO FRAGA

Deputado Federal - PMDB /ES –

MARCUS VICENTE

Deputado Federal - PTB /ES

NILTON BAIANO

Deputado Federal - PP /ES

RENATO CASAGRANDE

Deputado Federal - PSB /ES

ROSE DE FREITAS

Deputado Federal - PMDB /ES